

# Gestão Financeira na Escola Pública: A cultura do abafa

## Funding Management in the Public School: the culture of suppressing

BOCCHI, Roberta Maria Bueno<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a organização da gestão financeira na Escola Pública de Educação Básica da Rede Pública Estadual de São Paulo. Esta análise partiu de uma pesquisa de doutorado em Educação: Currículo, concluída em março de 2015 na PUCSP, com foco no financiamento público educacional da Escola de Educação Básica do Estado de São Paulo. O artigo levanta algumas constatações e controvérsias a respeito do gasto financeiro em âmbito escolar da verba pública destinada a Educação. Tomam-se para isso, depoimentos de gestores escolares e levantam-se algumas considerações críticas sobre o repasse e gasto desses recursos a partir da análise dos depoimentos de gestores dessa escola pública. O Artigo adota uma abordagem qualitativa, com enfoque crítico e tem como base teórica de sustentação para a metodologia adotada, estudos sobre o tema desenvolvidos por teóricos como Chizzotti e Denzin/Lincoln. Revela a presença de volumosos recursos financeiros que deveriam ter elevado a qualidade da Educação Básica pública estadual, mas contrariamente ao esperado, foram mal gastos, confiados a uma gestão escolar amadora, vítima da gestão centralizadora dos recursos financeiros destinados a Educação Pública.

Palavras-chave: Financiamento da Educação Pública, Escola Pública, Cultura Escolar.

### SUMMARY

<sup>1</sup> Doutora em Educação – PUC/SP - e-mail: abocchi@uol.com.br  
Supervisora de Ensino efetiva da Rede Estadual de Educação Pública do Estado de São Paulo.

This article analyses the organization of the funding management in the Public Elementary School in the Public State Education Network in São Paulo. This analysis started with a doctorate research in Education: Curriculum concluded in March 2015 at PUC-SP focusing on the funding of the Public Elementary School in the State of São Paulo. The article raises some observations and controversies concerning the funding expense in the school sector of the public funds reserved for Education. To this regard, the deposition of school managers have been taken and some critical considerations have been raised about the transfer of funds and the use of these resources from the analysis of the depositions of the managers of this public school. The article takes a qualitative approach with a critical emphasis and has as theoretical supporting basis for the adopted methodology, studies about the topic developed by theorists such as Chizzotti and Denzin/Lincoln. It reveals the presence of voluminous financial resources that should have improved the quality level of the Public State Elementary School, but contrary to expectations, have been badly spent, entrusted to an amateur school management victim of a centralizing management of the financial resources allocated to the Public Education.

Key words: Public School Funding, Public School, School Culture.

## INTRODUÇÃO

Escrever sobre Financiamento Público Educacional é necessário e urgente. Sem financiamento não se faz Educação. O Financiamento está para a Educação da mesma forma que a água está para a vida humana; uma condição essencial de sobrevivência.

O presente artigo relata um dos cenários que margeou a pesquisa de doutorado sobre a questão do Financiamento Público do Estado de São Paulo para a Educação Básica pública estadual, desenvolvida na PUC/SP e defendida em março de 2015. No decorrer da pesquisa, alguns entraves financeiros foram encontrados, descobertas reveladas e algumas constatações cravadas no cenário acadêmico e financeiro/educacional.

Estas descobertas demonstraram, entre outras de não menor importância, a existência de uma cultura financeira escolar controversa, que ao mesmo tempo em que critica questões relacionadas ao tema Financiamento Público Educacional, se afasta, com o objetivo de não se envolver, com medo, ou até por falta de entendimento das questões que envolvem os meandros financeiros.

Entende-se aqui cultura como “todo comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética”. (LARAIA, 2009, p.28)

Neste artigo, alguns depoimentos de gestores escolares serão selecionados, estabelecendo uma reflexão crítica entre essas falas e a teoria que envolve o tema em questão. A urgência em refletir sobre a realidade constatada se dá por identificar, durante a pesquisa de doutorado, que em todos os repasses de verbas escolares há falhas administrativas e legais que permitem desvio dessas verbas, oneração financeira e prejuízo educacional.

Mesmo havendo fiscalização de gastos, com a obrigatoriedade de prestações de contas oficiais, sujeitas a aprovação ou não de órgãos centrais que apenas conferem papéis oficiais juntados em uma determinada ordem, há uma rede invisível instituída que suga o orçamento público e se favorece dele.

Junior (2006 p. 244) ao escrever sobre os desafios da participação popular em fiscalizar os orçamentos públicos, afirma que a “cultura de apropriação privada dos recursos públicos parece ainda estar bastante arraigada no país, sobretudo nas regiões mais pobres”.

A invisibilidade de uma rede de corrupção encontra espaço dentro da educação pública e se fortalece na atitude de consentimento dos envolvidos, mesmo não concordando inteiramente. Fazem-se de cegos, suspeitam ou até mesmo presenciam, mas com a *cultura do*

*abafa*, deixam-se vencer. Quem vê não denuncia; quem ouve, faz-se de surdo; quem fala, desmente depois. O medo mescla-se à covardia e vence o mais forte.

É preciso urgentemente derrubar esta cultura instituída, lutar pela ética financeira, enfrentar esses abismos sem se deixar cair. É para o surgimento e encorajamento deste sujeito que este artigo se fortalece, que uma reflexão se torna urgente e que a voz dos sujeitos envolvidos pede passagem.

## Financiamento público educacional

O tema Financiamento Público Educacional já foi estudado por grandes pesquisadores ao longo da história. No Brasil, por volta dos anos 50, surgem os primeiros trabalhos publicados nessa área. Segundo Romualdo Portela de Oliveira (2006), nomes como Carlos Correia Mascaro (1959) e Carlos Pasquale (1965) marcaram este período. Oliveira salienta ser “um trabalho emblemático entre os pioneiros da área o doutorado de José Carlos de Araújo Melchior, de 1972, intitulado *A política de vinculação dos recursos públicos e o financiamento da educação no Brasil*.(OLIVEIRA, 2006, p. 17)

José Carlos de Araújo Melchior publicou várias pesquisas abordando discussões orçamentárias, pautando as quantias financeiras destinadas à Educação e as propostas de um mínimo a ser aplicado na área.

No período que antecedeu a instituição do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e mais tarde com a instituição do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) o tema Financiamento Público passou a ser discutido com ênfase entre os acadêmicos. As pesquisas na área destacam o estudo de dados disponibilizados pelos órgãos oficiais do governo, ora comparando-os por período, ora estabelecendo algumas críticas e sugestões após análise.

Quando a vinculação constitucional de recursos públicos à Educação passou a ser tema de publicidade e pressão popular, as pesquisas tomaram novos impulsos para essa nova etapa, que acompanhou os estudos do tema Educação e Financiamento Público ao longo de toda a história recente.

O financiamento público, fruto dessa vinculação constitucional, passou então a ser acompanhado de mais um tema, tão polêmico e amplo quanto às questões que envolvem o seu precursor: a qualidade da educação pública.

Tendo em vista o cenário deficitário financeiro que se contempla diariamente nos meios de comunicação, nas pesquisas acadêmicas ou mesmo no cotidiano escolar, com as denúncias de desvios de verbas públicas, para favorecimento de uns em detrimento da sociedade, os temas financiamento público e qualidade educacional passaram a dominar o cenário acadêmico e o senso comum.

Na tentativa de conter os eventuais desvios financeiros, algumas pesquisas dedicam-se, em alguns momentos, a detalhar os Conselhos de Acompanhamento do Fundef/Fundeb; em outros, sua importância. Focam ainda a questão da autonomia da escola, a descentralização financeira da Educação, e em outros momentos direcionam os estudos nos projetos governamentais na área educacional.

Segundo Oliveira (2006), pode-se classificar hoje os trabalhos na área de financiamento educacional em três tipos:

- Descritivos;
- Os que estabelecem alguma análise interna;
- Os que realizam algum tipo de correlação entre financiamento e produto.

Segundo Luiz Fernandes Dourado (2006)<sup>101</sup>, há necessidade urgente da formação de uma rede de pesquisadores na área de financiamento da Educação, que estabeleça reflexões problematizadoras referentes:

- A centralidade da compreensão do papel do Estado e de seu papel na proposição e materialização das políticas, bem como na análise de atores públicos, privados e públicos- não-estatais;
- O amadurecimento de perspectivas clássicas de pesquisa na área do financiamento da educação envolvendo a complexificação de análises relativas a: a) receita, fonte ou captação de recursos; b) gastos, despesas; c) equidade e qualidade. (DOURADO, 2006, p. 36)

---

<sup>101</sup> Texto apresentado na mesa redonda do *Colóquio Nacional de Financiamento da Educação no Brasil*, ocorrido na Universidade Federal do Paraná no dia 21 de junho de 2005.

Baseado na tipificação apresentada por Oliveira (2006) a respeito das pesquisas na área de financiamento público, a que mais se aproxima da desenvolvida brevemente neste artigo é a “que realiza algum tipo de correlação entre financiamento e produto”.

Nesse caminhar, para embasamento legal das discussões desenvolvidas no texto, é necessário um breve histórico das etapas orçamentárias que antecedem a chegada da verba pública a escola. Para isso, alguns documentos básicos serão citados.

O tema Financiamento Público Educacional é de complexidade tamanha, havendo necessidade de um olhar criterioso e focado para que sua amplitude não prejudique o desenvolvimento do artigo. Mas é preciso correr este risco.

Consciente disso, o texto detalha algumas etapas financeiras que servirão de base para o entendimento dos depoimentos dos gestores escolares que virão logo a seguir, tecendo então algumas considerações sobre o tema central do artigo.

## O caminhar financeiro

A Constituição Federal determina em seu Artigo 212 os percentuais financeiros que devem ser aplicados em educação:

**Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Estado de São Paulo aplica mais do que o percentual determinado legalmente pela Constituição Federal. Em seu Artigo 255 da Constituição Estadual determina:

Artigo 255 - O Estado aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, trinta por cento da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências.

Parágrafo único - A lei definirá as despesas que se caracterizem como manutenção e desenvolvimento do ensino.

Com essas quantias, o governo precisa legalmente colocar em prática a última etapa do orçamento público do governo anterior e só iniciará seu próprio programa, no segundo ano de seu governo. Enquanto isso elabora o seu plano orçamentário.

O artigo 165 da Constituição Federal regulamenta as etapas orçamentárias, identificando três fases básicas e integradas:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:  
I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III os orçamentos anuais.

A proposta do PPA (Plano Plurianual) registra - após estudo das verbas previstas - as metas, objetivos e diretrizes para os novos investimentos e programas de governo, para quatro anos, de acordo com a plataforma política adotada. O documento deve ser encaminhado ao Legislativo até o dia trinta de agosto do primeiro ano de mandato. O Legislativo deverá aprová-lo até a última sessão do ano e devolvê-lo ao Executivo para que este então possa sancioná-lo.

A LDO (Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias) é realizada ano a ano, destacando o que é prioridade no PPA, para transformá-la em ações orçamentárias detalhadas e quantificadas para a próxima etapa. O documento é elaborado nos primeiros meses do ano e enviado ao Legislativo até o dia primeiro de abril. O Legislativo devolve ao Executivo até sua última sessão do semestre, não havendo recesso enquanto isso não ocorrer. Nessa etapa, há indicação de eventuais alterações na arrecadação de tributos com fins de justificar os gastos.

Na LOA (Proposta de Lei Orçamentária Anual), são contempladas as prioridades da LDO, considerando as metas previstas no PPA traduzidas em números, divididas em previsão de receitas e delimitação de despesas, para cada uma das áreas de governo. Este documento obedece às mesmas etapas de aprovação e sanção do PPA. É uma previsão da receita de impostos e demais fontes de recursos.

A LOA é dividida por itens denominados *Programas* que contém outros Subprogramas denominados *Ações*. Cada Programa tem uma numeração específica, obedecendo à área a que estão vinculados. No caso da Secretaria da Educação, objeto deste texto, o número do órgão é 08000 e todas as ações obedecem à sequência determinada por este número. De acordo com os Programas e Subprogramas, são previstas as quantias monetárias correspondentes.

Cada uma dessas etapas são chamadas de propostas por serem submetidas a um trâmite legal de aprovação.

O Poder Executivo ao preparar o PPA, a LDO e a LOA, primeiro, apresenta os documentos para aprovação pública em audiência pública, respeitando legalmente o princípio de transparência e participação popular, obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101) que determina, entre outros itens, o cumprimento do planejamento orçamentário, com integração das três etapas e a inclusão de dois anexos chamados *Metas Fiscais e Riscos Fiscais* os quais garantem a relação das metas com as receitas/despesas e mecanismos que possam cobrir um eventual risco de arrecadação menor do que a prevista em orçamento, como também, a atualização dos repasses, se houver uma arrecadação maior.

Após a audiência pública, as propostas, dentro de seus prazos, vão para votação do Poder Legislativo que pode, além de votar contra ou a favor, alterar os documentos se necessário. Depois dessa etapa é que os documentos são devolvidos para o Executivo para serem sancionados na íntegra ou não.

No que diz respeito à aprovação pública em audiência pública para discussão de prioridades orçamentárias, receitas e direcionamento de despesas; um dos entraves a ser vencido é a falta de interesse da população em participar, por falta de divulgação que gere interesse por parte dos interessados, ou ainda que atinja a poucos.

A falta dessa consulta pública mais abrangente é uma das causas do elemento onerador para o Estado na área de educação, pois desconhecendo prioridades, investe-se no vazio e acabam priorizando investimentos em setores menos relevantes e, infelizmente, atendendo o interesse de uma minoria. Com ação como essa, desrespeitase um princípio básico para a evolução da política pública, o de estabelecer ações direcionadas aos reais problemas da população.

Após as etapas orçamentárias, a verba pública é dividida entre recursos centralizados e descentralizados. Por recurso financeiro centralizado, entende-se o executado pela administração direta, pelo próprio governo do Estado; por recurso financeiro descentralizado, o de execução pela Unidade Escolar.

Os recursos descentralizados chegam até a escola através de transferências bancárias entre o órgão central financeiro da Secretaria Estadual de Educação, que no caso



do Estado de São Paulo é a (FDE)<sup>102</sup> (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e a APM (Associação de Pais e Mestres da Escola). Cada repasse financeiro é específico para um determinado grupo de despesas. Basicamente as verbas destinam-se a programas educacionais específicos, manutenção do prédio escolar e prestação de serviços.

Cabe aos gestores escolares, por meio da APM da escola, fazer a gestão financeira destes recursos, sejam eles centralizados ou não e nesse momento uma cultura baseada no amadorismo, desconfiança e medo toma conta do ambiente escolar.

Os depoimentos registrados a seguir exemplificam essa situação financeira tão delicada e onerosa do orçamento público educacional. Por oneração orçamentária, entendem-se os gastos inadequados, irregulares e/ou ilícitos praticados contra a educação pública do Estado de São Paulo, que sobrecarregam o financiamento público e impedem a plena execução financeira qualitativa educacional.

## A voz dos sujeitos

Os sujeitos apresentados foram escolhidos considerando o campo de pesquisa limitado inicialmente pela pesquisadora. Três escolas públicas estaduais de Educação Básica, jurisdicionadas a uma determinada Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo, denominadas neste artigo de escolas *Retângulo*, *Triângulo* e *Círculo*, foram eleitas por compatibilizarem com os critérios dessa seleção. O trabalho desenvolvido por essas eleitas tem uma relação muito direta com as questões financeiras educacionais e a exigência de responsabilidade no processo de prestação de contas.

Os sujeitos foram ouvidos dentro de uma abordagem qualitativa, centrada em uma perspectiva crítica. Trata-se do resultado de uma pesquisa avaliativa que adotou como procedimento técnico para coleta de dados, o estudo documental e o uso do grupo focal.

A escola denominada Retângulo atende alunos dos ensinos Fundamental e Médio em três períodos, mantém aproximadamente 400 (quatrocentos) alunos por período e está localizada em uma comunidade periférica, de classe menos favorecida, além de

---

<sup>102</sup> Órgão executor das políticas públicas estabelecidas pelo Governo do Estado de São Paulo e por sua Secretaria de Educação.

atender também uma demanda da Fundação Casa<sup>103</sup> instalada na cidade. Pertence à chamada região do Alto Tietê do Estado de São Paulo.

A segunda escola, chamada de *Triângulo*, é considerada em número de alunos e espaço físico a maior da Diretoria de Ensino onde está inserida. Atende alunos dos ensinos Fundamental e Médio, vindos de várias comunidades e está localizada no centro da cidade. Seus alunos são de classe média e atende aproximadamente 700 (setecentos) alunos em cada um de seus três períodos diários de aula, abrigando ainda o programa estadual *Escola da Família*<sup>104</sup>, que atende a comunidade aos finais de semana com várias oficinas culturais e educativas, tendo dentro do orçamento público estadual educacional uma ação específica. Pertence a região metropolitana do Estado de São Paulo.

A terceira escola, denominada *Circulo*, está localizada no interior do Estado de São Paulo e pertence à zona rural. Funciona em um prédio chamado, pelo Governo do Estado de São Paulo, de *Padrão Nakamura*<sup>105</sup>. Atende aproximadamente um total de 500 (quinhentos) alunos, da própria comunidade, nos ensinos Fundamental e Médio, distribuídos em três turnos.

Para este artigo, foram selecionadas algumas questões utilizadas no momento da aplicação da técnica de grupo focal que se mostraram mais relevantes para o tema central aqui abordado. Os sujeitos ouvidos são gestores das escolas selecionadas e recebem aqui codinomes de bolinhas coloridas.

O quadro a seguir caracteriza as escolas envolvidas na pesquisa e identifica os participantes de acordo com sua função, escola e bolinha selecionada:

### **Quadro 01 – Caracterização das escolas e identificação dos participantes**

---

<sup>103</sup> **Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA)**, instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Mantém vínculo educacional com as escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo.

<sup>104</sup> Instituída pelo Decreto nº 48.781/2004 pelo então Governador Geraldo Alckmin, com o objetivo de abrir as escolas públicas estaduais e algumas municipais conveniadas aos finais de semana para a comunidade, com atividades artísticas, esportivas, recreativas e formativas, como estratégia para trazer as famílias para dentro das escolas.

<sup>105</sup> Referência ao nome do fabricante. Essas escolas de lata foram construídas com estruturas metálicas pré-moldadas na gestão do governador Mário Covas, em 1998. Em 2003, o Governo do Estado prometeu que todas seriam substituídas até julho daquele ano, fato que não ocorreu.

ESCOLA	CARACTERIZAÇÃO	PARTICIPANTES	TEMPO NO MAGISTÉRIO	TEMPO NA FUNÇÃO	NOME ADOTADO
<i>Círculo</i>		Vice- Diretor	18 anos	01 ano	Bolinha Preta
	* Construção - Padrão Nakamura;	Diretora	24 anos	13 anos	Bolinha Verde
	* Número de alunos- 500 Nível - Ensino Médio e Fundamental;				
	* Localização - zona rural.				
<i>Triângulo</i>	* Número de alunos - 700 Nível -Ensino Médio e Fundamental	Professora Readaptada designada na Vice-Direção	12 anos	08 anos	Bolinha azul
	* Localização – zona urbana	Diretora	33 anos	20 anos	Bolinha Branca
<i>Retângulo</i>	* Número de alunos - 400 Nível - Ensino Médio e Fundamental	Diretora	28 nos	10 anos	Bolinha Amarela
		Professor de Geografia designado na Vice-Direção	28 anos	28 anos	Bolinha Vermelha
	* Localização – zona urbana;				
	*OBS: Atende alunos da Fundação Casa.				

Questão - *Compras escolares, obrigações bancárias, compromissos financeiros e ainda tem a escola... Como administrar tudo isso?*

Apesar de o foco da questão não estar voltado à importância da participação popular, a ausência da comunidade escolar dentro da escola está presente na fala da Bolinha Amarela, demonstrando uma gestão financeira solitária, sobrecarregada e difícil de ser conduzida:

É muita coisa para fazer sozinha, porque os Conselhos, pelo menos na minha escola, é difícil de conseguir, você convoca, todo mundo esquiva, é muito difícil de ter todo mundo ali para ajudar você... Obrigações bancárias, é difícil convencer uma mãe pra entrar nessa APM.... Se o

Diretor não for lá, não pegar o orçamento ninguém faz nada, se não correr atrás não sai mesmo. (BOLINHA AMARELA)

Fica evidente nesta fala, que o Diretor acaba gerindo sozinho as compras escolares e obrigações financeiras, embora legalmente, sem a assinatura dos membros da APM isso não possa ocorrer. Esta afirmação demonstra a fragilidade desses Conselhos e Associações Escolares com o financiamento educacional. Eles são chamados apenas para assinar cheques de compras já decididas pela Direção da escola, ou até, de serviços já executados.

Essa função, chamada por Ednir e Bassi (2009) apenas de “formalidade legal dos Conselhos Escolares”, acaba afastando a comunidade da escola por não se sentirem de fato participantes do processo educacional ou não desejarem isso. De certa forma, sentem-se usados pela Direção da escola, que ao mesmo tempo em que os afasta com essa formalidade, reclama sua ausência.

Mais a frente, ainda sobre a mesma questão:

Eu penso que sozinha não dá para ser feito mesmo, se não tiver alguém responsável para olhar esta verba, o Diretor faz besteira, faz besteira não por falta de conhecimento, mas por não poder olhar com carinho aquela situação. (BOLINHA BRANCA)

A fragilidade financeira aqui fica ainda mais evidente, quando há o reconhecimento do mau uso da verba pública por um Diretor que trabalhe sozinho.

Ainda sobre a mesma questão, o parecer da Bolinha Verde:

Você tem um tempo muito rápido para gastar, para prestar contas, a pressa é de gastar, a minha vontade, às vezes, é de devolver o dinheiro, só não devolvo porque eu acho uma sacanagem.... Quem cuidou do dinheiro da escola, durante o tempo que eu estava lá foi a minha Vice, ela saiu e não me preparou, então é assim, estou totalmente perdida nessa coisa de dinheiro. (BOLINHA VERDE)

A Diretora reconhece pouco entender sobre a questão financeira e mesmo assim ter que dar conta em curto tempo da verba pública disponibilizada oficialmente para a sua escola.

Há ainda a questão de usar essa verba, apenas por não concordar em devolvê-la, visto que não há um planejamento para ela, indicando aqui indícios de desperdício financeiro e oneração orçamentária.

Questão - *Uma política de financiamento público totalmente descentralizada é receita de sucesso educacional?*

Ao discutir a questão da descentralização financeira educacional, novamente é apontada a dificuldade em se ter a presença da comunidade dentro da escola, agora pela Bolinha Vermelha:

É assim: uma coisa é discutir na prática, outra coisa é discutir na teoria. Teoricamente, eu penso que sim. Uma gestão descentralizada é um orçamento descentralizado, é a participação da comunidade; mas e aí, como é que a gente consegue esta participação? Nós iremos gastar no quê? Para quê? Trazer mesmo essa turma para estar participando! Agora, por que a Educação é algo tão distante? Não consegue montar um Conselho. (BOLINHA VERMELHA)

Percebe-se que a presença da comunidade dentro da escola é entendida pelo grupo como um dos fatores que auxiliariam, significativamente, a gestão dos recursos públicos, porém, demonstram não saber como fazer essa aproximação.

Há ainda indícios de falta de clareza sobre a questão financeira, enquanto política pública educacional. Segundo estudos de Azanha (2004), o estabelecimento de ações governamentais direcionadas aos reais problemas da escola deveria partir de uma percepção coletiva escolar.

Essa falta de clareza sobre questão financeira é exemplificada nesta fala:

Esta parte financeira eu vejo como um bicho de sete cabeças dentro da escola, que eu acredito que ele atrapalha. O Diretor poderia fazer muito mais, estar próximo da comunidade, do colegiado em si, dentro da escola. (BOLINHA PRETA)

A Bolinha Preta deixa claro em sua fala que estaria disposta a abrir mão do financiamento educacional descentralizado por entender que a burocracia que o envolve é muito difícil e inconveniente de ser trabalhada.

A questão financeira educacional passa a ser um problema quando precisa ser resolvida com a comunidade para tomada de decisões, por ser uma ação governamental descentralizadora, pois os gestores, já acostumados a resolver tudo sozinhos, acabam enxergando a presença da comunidade como algo apenas técnico, não dando importância à presença desses sujeitos no processo. Como fica evidente na fala da Bolinha Verde:

E se você não fala é porque você está desviando verba, não é transparente, se você fala é... Como diz ele, você tem que ficar catando

a laço para participar da APM. Falou então que tem que ir no banco abrir conta... (BOLINHA VERDE)

Contudo, a Bolinha Preta reconhece a importância de formar essa comunidade, para que no futuro ela venha a participar de fato das questões financeiras educacionais:

Uma coisa que eu ainda não pus em prática, mas que eu vejo por reflexo de fazer hoje pra colher daqui a anos, é um professor trabalhar no Ensino Médio essa questão: a questão financeira da escola, como funciona e porque funciona... Então se você trabalhasse com eles, talvez essa comunidade no futuro, no futuro, talvez terá uma visão diferente. Você vai trabalhar, é trabalho de formiguinha. Se você tiver um professor que trabalhe uma questão política mostrando, explicando de uma maneira correta, mostrando como funciona, esta questão de quando fala da compra das coisas, a participação da escola, a importância disso. Deveria ter um professor para mostrar isso.  
(BOLINHA PRETA)

Ao apontar esse caminho de formação financeira, a Bolinha Preta abre caminho para a fala da Bolinha Azul que reforça quanto é importante, na prática escolar, a presença da comunidade dentro da escola gerindo os recursos financeiros:

É diferente quando a comunidade é presente. Teve um ano que a gente conseguiu trazer os pais para ver o que gastar com a PDDE<sup>106</sup>, foi tão legal que eles tiveram uma visão que a gente não tem, porque a gente não tem o costume de andar pela escola. (BOLINHA AZUL)

Esta fala relata a única experiência de sucesso da comunidade dentro da escola, gerindo, em conjunto, a verba pública e demonstrando quanto o olhar dessa comunidade é mais focado nas reais necessidades da escola, se comparado ao olhar do gestor. Mas a Bolinha Branca deixa esclarece a falta de tempo para esta abertura:

Lidar com as obrigações financeiras dentro da escola é muito difícil, porque exige da gente um compromisso sério, e pra fazer você tem que ter tranquilidade e conhecimento, porque as prestações de contas, elas são muito minuciosas. Tem a lei que fecha quantidade, como você pode gastar, mas nós não temos tempo, como vamos falar isso para as famílias? (BOLINHA BRANCA)

---

<sup>106</sup> Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Essas falas conflitantes do grupo, ora concluem que a presença da comunidade dentro da escola é importante, ora afirmam ser muito difícil essa conquista e por fim alegam que, na verdade, não há tempo para essa aproximação. A Bolinha Vermelha percebe que há um despreparo escolar para trabalhar com a questão financeira educacional e impulsiona o diálogo a seguir:

Essa parte administrativa é muito amadorismo por parte do Estado. Então... Geografia, História, Matemática e tudo, agora. (BOLINHA VERMELHA)

Exige um conhecimento de contabilidade que a gente não tem. (BOLINHA VERDE)

Tem nada, contrata um contador. (BOLINHA VERMELHA)

Não tem verba, não tem verba pra contratar um contador. (BOLINHA VERDE)

O Estado teria que contratar. (BOLINHA BRANCA)

O Estado, O Estado contrata. Concurso para contador. (BOLINHA VERDE)

Cada escola deveria ter um Diretor financeiro, formado em contabilidade. (BOLINHA AZUL)

É, é, é...(BOLINHA VERDE)

Em cada escola um contador, em cada escola um psicólogo, em cada escola um bibliotecário. Isso é educação, isso é educação. (BOLINHA VERMELHA)

Nesse momento o grupo reconhece seu despreparo para tratar as questões financeiras educacionais e a necessidade de ajuda especializada. O Estado delega a seus profissionais graduados, em qualquer área do magistério, a função técnica de gestor financeiro.

Essa função técnica é adquirida, imediatamente, ao assumir o cargo de Diretor de Escola, mesmo que sem nenhum preparo prévio em questões que envolvam finanças públicas. O Estado atribui a este funcionário público o que Silva (2003) chama de “meros executores de papéis determinados pelo poder”, resultando na “ocultação e esquecimento do sujeito condutor do processo educacional escolar.” (SILVA, 2003, p. 51)

Ao esquecer o sujeito, entendido como ser histórico, crítico e reflexivo, corre-se o risco de contribuir para a manutenção da hegemonia ideológica imposta pelo Estado, em

que a reflexão coletiva sobre as questões financeiras torna-se algo desnecessário e impossível de ser realizado no curto tempo imposto pelo poder dominante.

Essa condição imposta pelo Estado acaba criando uma situação propícia à oneração financeira e a possíveis atos de corrupção, pois contribui para o que Apple (2006) chama de “consciência saturada”, onde o mundo vivido torna-se o único mundo reconhecido e possível.

A seguir a Diretora da escola *Padrão Nakamura* desabafa:

A minha escola é linda! Eu fiz até um relatório, esse relatório aqui eu ia entregar na mão do Secretário ontem, o adjunto, mas eu saí de lá tão decepcionada com ele, tão triste, que eu falei assim, não vou entregar. Então a minha escola é essa daqui, minha escola é de Nakamura, ela é telha de alumínio, Madeirit e madeira. O andar superior é todo de madeira e alumínio, tudo que você fala em uma sala a outra escuta. (BOLINHA VERDE)

Nossa...(TODOS)  
Eles falaram que ia acabar. (BOLINHA BRANCA)

Não tem ventilação, no calor é muito quente, no frio é congelante, congelante. E o que eles fizeram? Na primeira reforma eles arrancaram toda a parte da frente, de Madeirit e fizeram alvenaria. Se você passar aqui na frente você fala que ela é de latinha? (BOLINHA VERDE)

Pela foto, parece bonita. (BOLINHA VERMELHA)

A frente é de alvenaria e a parte interna é madeira. Então, o barulho... (BOLINHA VERDE)

O que os olhos não vêem o coração não sente. (BOLINHA AZUL)

É, e o barulho é difícil para professor trabalhar. (BOLINHA VERDE)

Esta realidade estrutural apontada pela Bolinha Verde, Diretora da escola *Círculo*, demonstra o mau uso da verba pública e o descaso com os reclamantes, pondo em prejuízo imediato a qualidade educacional dessas vítimas que, por Lei, têm esse direito, mas oferecida de forma precária, provisória e em condição de abandono pelo Estado.

Questão - *Mais dinheiro para a Educação Pública do Estado de São Paulo melhoraria a qualidade educacional?*

Imediatamente, a própria Bolinha Preta responde:



O Diretor de escola tem a visão daquilo que a escola dele necessita, não adianta vir uma verba para caixa-d'água na minha escola se a minha escola não precisa de caixa-d'água, de repente minha escola precisa de uma sala de leitura, de repente minha escola precisa que a quadra seja coberta e não da caixa-d'água e muitas vezes vem o dinheiro pra aquilo. (BOLINHA PRETA)

O mau uso da verba pública aqui é representado pela falta de comunicação direta e planejamento do Estado, seguido de desrespeito à autonomia da escola. Não se põem a ouvir a comunidade escolar.

*Questão - Qual a relação entre o quanto se gasta em reformas e construções escolares e como se gasta essa verba recebida?*

Esta questão desencadeou um diálogo revelador de como esses fatores oneradores do financiamento público, presentes no dia a dia da escola, deixam-nos de mãos atadas e fá-los seguir, às vezes, por vias obscuras para se conseguir uma melhoria:

Quando você precisa de uma reforma de valor muito alto, você faz o projeto, manda. Você faz e manda, manda, volta, você não sabe mais o que fazer, então é assim, é a liberdade que a escola necessita mesmo, de fazer e vir uma quantia, porque nunca vai vir o suficiente pra você construir, nunca vai vir e quando você faz o projeto e manda e é aceito, a empresa que ganha faz uma “beleza” o serviço, você acha “maravilhoso” o serviço que eles fazem. Péssimo, péssimo, produtos de pouca qualidade. (BOLINHA AZUL)

Até visualmente fica muito mal feito. (BOLINHA VERDE)

Eles viram as costas e você vai em um banheiro que eles reformaram já está com entupimento, eles deixaram no meio da construção. (BOLINHA AZUL)

É um descaso. (BOLINHA AMARELA)

Então, você não tem a liberdade de escolher a empresa, porque se você tivesse a liberdade, você ia escolher uma empresa boa, claro que você ia ter que optar pelo valor, mas você ia pegar empresas boas e dentro delas aquela que te oferecesse o maior valor, mas você não tem essa liberdade. (BOLINHA AZUL)

Nem vocês ficando em cima deles? (MEDIADORA)

Não, eles falam que é padrão FDE, eles colocaram um piso horroroso no banheiro, o piso não limpa nem a paulada, é um antiderrapante cinza, horrível, e aí eu falei:

\_ Não quero esse piso, vai devolver esse piso.

\_ Não, só tem esse e esse, é padrão FDE.

\_Eu não quero essa pia, não quero essa pia. (BOLINHA VERDE)

Se ainda fosse padrão Fifa! (BOLINHA PRETA)

Colocaram aquelas torneiras antifurto, não passou nem um mês e as torneiras já não estavam funcionando. É padrão FDE, tudo é padrão FDE, tudo que você quer fazer é padrão FDE, aí sabe o que que ele falou pra mim?

\_Depois se a senhora quiser a senhora manda o pedreiro picotar e escolhe o piso que a senhora quiser e manda colocar. (BOLINHA VERDE)

E com que dinheiro você vai fazer? (BOLINHA AZUL)

É, a gente tem que dar um jeitinho, pegar o dinheiro da manutenção e...(BOLINHA VERDE)

Mas daí você...(BOLINHA PRETA)

Mas aí é um desvio de verba. (MEDIADORA)

É, é...(BOLINHA VERDE)

Percebe-se que quando o gestor constata o descaso das empresas contratadas pelo Estado para executar as reformas escolares combinado à frustração por não ter autonomia em contratar uma empresa de sua escolha, acaba sendo *levado* a burlar o sistema de repasse de verba pública para um determinado fim, desviando-o para outra ação considerada mais importante pelo Diretor da escola.

Esse desvio de verba corre o risco de se tornar uma prática comum dentro da escola, quando realizado por um gestor solitário, que não tem quem o fiscalize como os Conselhos ou Associações Escolares e ainda sem experiência para trabalhar com a questão financeira. A consequência é o descontrole orçamentário que abre caminho para desvios de verbas que em alguns momentos podem não estar pautados apenas no “amadorismo” da ação, mas em intenções corruptas e prejudiciais à qualidade educacional.

Essa questão das reformas e construções escolares se revela como um ralo do dinheiro público no diálogo a seguir:

Uma vez eu vi os rapazes pintando e tive a curiosidade de perguntar o quanto custava cada lata de tinta daquela. A lata tinha um valor de três, quatro vezes mais que uma lata. (BOLINHA PRETA)

É vocês já tiveram a curiosidade de ver, é um absurdo, é o triplo do preço. (BOLINHA VERDE)

O metro. Nossa, nesse quadrado aqui eu pintaria a minha casa inteira, nesse espaço eu pintaria a minha casa inteira, pelo valor das latas de tinta.

Bolinha Amarela: É um alto valor e a qualidade péssima. Aí é quando o Diretor é... (BOLINHA PRETA)

Essa situação de oneração financeira e corrupção constatada pelos gestores escolares acabam atribuindo à Educação Pública do Estado de São Paulo descrédito institucional, prejudicial para as ações financeiras de responsabilidade desses gestores, pois um sentimento de *tudo pode*, toma conta dessas ações voltadas a esta Educação Pública.

Em seguida, a Bolinha Branca introduz na discussão outra questão: *Há corrupção na educação?*

Deixa eu falar se *há corrupção na educação?* Ahahaha...depois de tudo isso? (BOLINHA BRANCA)

Repete a questão. (MEDIADORA)

Há corrupção na educação? (BOLINHA BRANCA)

Rsrrsrsrsr... (BOLINHA AZUL)

A palavra corrupção aqui é usada como uma verdade posta, de forma a confirmar, dentro de uma intenção oculta do grupo.

Após essa questão ser levantada, o grupo comentou alguns expedientes oneradores do financiamento público educacional:

O que eu entendo da Educação, aqui comigo, é trabalhando com o aluno no pedagógico e no pedagógico eu não percebo isso, ou então a gente tenta não deixar acontecer, mas no financiamento da Educação tem. Tem pelo preço que a gente paga, tem pelo meio milhão de reais na reforma, pela qualidade dos produtos. (BOLINHA BRANCA)

Por exemplo, tinha uma escada lá enferrujando, não tinha mais condições dos alunos subirem e descerem por ali e eles vieram com outra escada de ferro, eu falei que não quero escada de ferro, eu quero escada de alvenaria. Ai o engenheiro falou assim pra mim:

\_Então, nós vamos fazer escada de alvenaria, só que nós vamos colocar por escrito que nós deixamos de fazer esse, esse, e esse serviço porque a senhora pediu a escada de alvenaria.

Eu falei:

\_Então eu vou fazer por escrito.

Tanto que quando começou a dar problema na rede elétrica, eles jogaram nas minhas costas, porque eles não refizeram os quadros, do jeito que deveria ser feito porque eu quis, eu quis, a escada e eu quis o assoalho. Eles queriam fazer o borrachão e ele vai soltando as placas, eles só estavam repondo, daí eu falei que não ia deixar repor o borrachão, precisa pôr assoalho, as crianças estão ficando doentes com esse borrachão. Eles colocaram o assoalho e a escada de alvenaria, só que com o assoalho e a escada de alvenaria não deu pra refazer os quadros de energia e aí começou a dar pau na energia. Agora nem sei como vai ficar, vai ter um processo aí. (BOLINHA VERDE)

Tem risco de incêndio? (MEDIADORA)

Tem, tem sim, o prédio é super, como disse o bombeiro, super inflamável e agora com o assoalho ele falou que piorou, ele falou assim que antes você tivesse deixado o borrachão, porque agora com o assoalho o prédio fica mais vulnerável a incêndio. (BOLINHA VERDE)

Neste diálogo fica evidente a presença de acordos caseiros entre a Direção da escola e a empresa responsável pela reforma, com mudança de itens pré-determinados pela FDE, que no caso desta escola, pareciam aos olhos da Direção escolar, serem mais adequados.

A prática de *acordos* firmados entre a Direção da escola e empresas de construção dá brechas a ações possíveis de corrupção e oneração financeira, dada pela ausência de fiscalização da comunidade escolar e da própria FDE, órgão oficial do Governo do Estado responsável por essas obras, que deveria estar cumprindo um de seus papéis legais que é o de acompanhar as obras, por ela, autorizadas inicialmente.

No caso da escola da Bolinha Verde, o prejuízo é ainda maior, visto que ao mudar o projeto de reforma inicial substituindo o piso de borracha por um de madeira, tornou o ambiente altamente inflamável, pois sua escola não é de alvenaria. Como não houve reforma da rede elétrica devido ao alto custo financeiro, o acordo de troca realizado entre a Direção da escola e a empresa responsável pela reforma só trouxe mais prejuízo. E a pergunta fica: Quem melhor sabe sobre as reformas prioritárias do prédio escolar? O alto custo da obra a ser feita vai tornar o gestor ou o Estado vítima dessa situação? Se o Diretor trabalha para o Estado por que ele não é ouvido se foi classificado para responder pelo Estado?

Nesse caso, o Estado expõe os alunos desta escola a riscos de saúde e prejuízos qualitativos educacionais. Com o piso de borracha, segundo relato da Direção da escola, os alunos estavam ficando doentes e com o piso de madeira há risco de incêndio. Com a escada de ferro os alunos podiam se ferir com os pontos de ferrugem e com a escada de

alvenaria não pôde ser refeito o quadro de energia. E mais uma vez fica a pergunta: Essa Diretora deve sofrer penalidade pelo Estado?

A situação piora quando a Diretora relata a construção de uma escada externa:

Olha essa foto, a gente usa muito este espaço pra tirar foto, pra onde vai esta escada? Linda, pra onde que vai? (BOLINHA VERDE)

Essa escada, eu acho que sai de lugar algum pra lugar nenhum. (BOLINHA VERMELHA)

Pro estacionamento? (BOLINHA AZUL)

Então, mas eu precisava dessa escada linda? Eu posso ter estacionamento dentro da escola? Eles começaram a fazer esta escada e colocando a escada de ferro do outro lado, então eu falei:

\_Mas se tem verba pra fazer esta escada, então eu quero a outra escada, deixa esta escada pra lá e deixa a outra.

Terminaram essa, deixaram essa bem bonita e não queriam fazer a outra e começou a chegar os ferros pra fazer a outra. (BOLINHA VERDE)

Mas pra onde vai esta escada? (MEDIADORA)

Futuramente, um dia, quem sabe, lá vai ter um prédio novo. (BOLINHA VERDE)

Quantas vezes você pediu uma escola nova? (MEDIADORA)

Eu já fiz, dez anos que eu estou lá, eu já fiz dez abaixo- assinados com os pais. (BOLINHA VERDE)

Então a comunidade pediu dez vezes uma escola nova. (MEDIADORA)

Sim, sim, mas não sai. (BOLINHA VERDE)

Novamente, a falta de planejamento público que considere as prioridades. Situação que além de onerar o financiamento público, retira dos alunos o direito a um ambiente propício à aprendizagem. Foram dez abaixo- assinados não atendidos pelo Estado por dez anos.

Diante do relato da Bolinha Verde, a Bolinha Preta conclui:

Agora, você imagina o quanto não vem de energia numa escola dessa e quanto não se.... e aí vem a cobrança lá de cima, a Diretoria liga pra você..... Não tem que fazer um plano pra diminuir o gasto de energia? Mas como que ela vai fazer se a parte de fiação da escola dela é péssima. Vai dobrar, vai triplicar. E se você for perceber, eu percebi na minha

escola já, de ano pra ano, essa parte de energia elétrica já começou a pipocar. Eu percebo pelas lâmpadas da minha casa, o tanto de tempo que leva pra se queimar. Tudo bem que a escola funciona nos três períodos, mas o tanto de tempo que queimam essas lâmpadas fluorescentes dentro da escola é muito rápido, e ao mesmo tempo a queda de energia. Então você vê assim, as escolas foram construídas, foram fazendo as pequenas ampliações.... (BOLINHA PRETA)

Ampliação não, só reforma. (BOLINHA VERDE)

Na verdade, não foi feito o primordial. Dentro de uma casa duas coisas são primordiais, a parte elétrica e a de encanamento, essas duas coisas são primordiais, então se você depois vai fazer um puxadinho ou não, essas duas coisas são essenciais entendeu. Aí você pega o tipo de fiação que colocou lá e dezesseis computadores dentro da sala...(BOLINHA PRETA)

Sobrecarrega. (BOLINHA VERMELHA)

Motivado por esta afirmação clara de oneração financeira, a Bolinha Vermelha conta uma experiência clara de descaso com a Escola Pública:

A reforma, eu ando lá em XXXXX e a gente fica sabendo, tomo cerveja com os caras, é pedreiro, é eletricitista e, às vezes, o papo é esse:

\_Tá trabalhando, onde?

\_Lá na escola, lá em XXXXX, estou lá fazendo a reforma lá, eletricitista.

\_Mas e aí, o que que é?

\_Não, estou lá, trocando lá.

\_E aí você recebe?

\_Não, demora um pouco pra receber mas eu recebo, em compensação também, vai lá faz, faz... (BOLINHA VERMELHA)

De qualquer jeito. (BOLINHA AMARELA)

É, é, ele passou o seguinte:

\_ Sem fiscalização, sem compromisso. Demora um pouco pra receber? Demora, mas vai receber.

Se ele usa dez rolos de fita isolante, ele vai colocar lá quinze, vinte.

\_Mas como é que você consegue?

\_É por que eu tenho CNPJ, eu só consigo porque eu tenho CNPJ.

Vive de reformas em escolas. Ele coloca lá um menino aprendiz e ele vai pro serviço dele, trabalha no condomínio. (BOLINHA VERMELHA)

E lá ele trabalha diferente? (MEDIADORA)

Sim, sim, ahahah... Agora, na escola, na escola pública, estadual, ele... (BOLINHA VERMELHA)

Isso que é triste, esse descaso. (BOLINHA AMARELA)

Mas aí eu perguntei:

\_ Mas e aí, e a Diretora?  
\_ Eu não vejo a Diretora lá, eu não vejo a Diretora.  
\_ Mas e aí, e o engenheiro, depois não vai ver?  
\_ Não, quem vai é o... e falou o nome do cara lá. (BOLINHA VERMELHA)

A corrupção e a oneração financeira contra a Escola Pública torna o espaço uma “terra de ninguém”, local para se ganhar dinheiro fácil. Fatores já comentados pelo grupo como o curto tempo para gastar a verba pública, ausência de conhecimento técnico do gestor escolar sobre as questões relacionadas a manutenção/reforma escolar e a ausência de fiscalização da comunidade, dão brechas à contratação de profissionais que oferecem mais praticidade na rotina da escola, sem a preocupação com qualidade dos serviços, menor preço ou pesquisa de orçamentos diversos.

Questão final - *Há relação entre o financiamento público educacional do Estado de São Paulo e a qualidade da Educação Básica?*

Embora as discussões sobre o financiamento público educacional tenham ocorrido com fluidez entre os participantes do grupo, percebe-se na resposta a seguir que foram considerados com maior empenho os aspectos técnicos da problemática, estabelecendo relação menor com a qualidade educacional:

Há!, Achei tão difícil essa pergunta, vou de novo tá? Se a qualidade tem há ver com o financiamento? Eu acho que tem, eu acho que tem relação. (BOLINHA AMARELA)

Mas vêm tanto dinheiro, por que que a qualidade ainda...(BOLINHA VERDE)

É tudo que nós discutimos aqui, você tem o dinheiro mas e daí? (BOLINHA VERMELHA)

Por que você não escolheu essa pergunta antes? (BOLINHA VERDE)

Porque eu achei difícil, eu demorei pra entender, tive que ler duas vezes. (BOLINHA AMARELA)

Eu não escolhi porque eu achei que as outras a prioridades eram maiores, falavam mais de financiamento. (BOLINHA BRANCA)

É, tá mais perto da gente né? (BOLINHA VERDE)

Isso aqui também tá perto da gente. (BOLINHA BRANCA)

E nós discutimos isso já. (BOLINHA AMARELA)

Discutimos sim, tudo que tem a ver com financiamento. (BOLINHA BRANCA)

Percebe-se que a Educação é vista pelos gestores como um serviço, reproduzindo a visão do Estado. No relato dos gestores, dá a entender que a qualidade educacional em pouco ou em nada se relaciona com questões de oneração financeira, corrupção e solidão administrativa, o que possivelmente deve ter conduzido os gestores a prováveis atos de submissão diante de situações tão graves. Não há percepção direta do estrago educacional que uma ação financeira oneradora acompanhada de uma cultura calada pode causar.

Essa situação oneradora é fruto de uma política mal estudada pelo Governo. Em um discurso generoso, apoiado em uma tímida <sup>107</sup> descentralização financeira mal planejada, expõe os gestores escolares solitários e despreparados a situações que facilitam o desvio de verba pública seguido de prejuízo qualitativo educacional.

Considerando as discussões desenvolvidas pelos gestores, entende-se que não há nas falas um entendimento das questões financeiras enquanto resultado dessa política. O financiamento público é visto dentro de uma lógica que coloca a “educação como um bem econômico que deve responder, da mesma maneira que uma mercadoria, à lei da oferta e da demanda”. (BIANCHETTI, 1999, p. 95)

O gestor não reflete criticamente sobre o porquê de sua gestão solitária, os motivos que o fazem gastar mal a verba pública e qual o seu papel enquanto sujeito dessas ações. Por conta do curto espaço de tempo para gastar as verbas que chegam às escolas durante o ano, o gestor assume o papel de executivo público e apenas cumpre ordens determinadas por um poder dominante, distante de sua realidade, dando conta exclusivamente da função de executor de um *serviço* educacional.

## Concluindo

Para que um adequado financiamento da Educação Pública ocorra, é necessário que haja o envolvimento dos sujeitos no processo educacional, participando e decidindo sobre as políticas públicas a serem implantadas pelo Estado. É preciso abandonar uma

---

<sup>107</sup> O Art. 24, incisos I, II, IV, X e XII, da Lei 8.666/93, organiza o processo de licitação no âmbito da União, Estados e Municípios, prevendo dispensa de licitação por estes entes federados quando a compra ou contratação de serviços for igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oitomil reais). Logo, o governo do Estado repassa para as escolas verbas públicas apenas dentro deste limite financeiro.



cultura escolar envolta em um cotidiano que cega, que omite, que abafa, que existe por ausência de conhecimento ou por medo de se envolver em questões tão “comprometedoras”.

A participação ativa dos gestores escolares e demais membros da comunidade escolar está condicionada à vontade do querer, envolver-se nas questões financeiras educacionais, fundamental para uma atuação mais pontual nas questões que envolvam o financiamento da Educação, valorizando a formação de Conselhos e Associações que realmente fiscalizem e tenham voz de decisão sobre os gastos educacionais e que briguem pela descentralização de verbas públicas destinadas a setores que exijam urgência de atitudes.

Essa situação seria uma garantia de participação dos sujeitos tão importantes no processo educacional e uma luta por uma Política Pública de Estado para a Educação, em que a hegemonia dominante possa ser contestada pelos sujeitos educacionais plenamente inteirados das questões financeiras pertinentes, interferindo desde o seu plano orçamentário até seu gasto real com o aluno.

Ao Estado cabe, se de fato estiver compromissado com seu discurso para a Educação, rever o processo de burocratização, permitindo a existência de sujeitos capazes de contribuir de maneira consciente, crítica e atuante no processo educacional do Estado. Confiando a Educação a quem lhe é de direito e não nas mãos de alguns poucos que a têm como uso de poder ou para possíveis favorecimentos ilícitos.

Ao final, registro aqui duas premissas, que devem ladear o tema Financiamento da Educação Pública:

- Financiamento Público para quem?
- Quem são os financiados?

O Primeiro; por não se ter claro a quem objetivou tantos recursos.

O segundo; por considerar um universo de financiados obscuros. Tantos sujeitos se fizeram presentes, mas distantes do sujeito aluno.

A finalidade dessas duas questões é fundamental para entender a qualidade de Educação que buscamos e a qualidade em que se encontra.

## **REFERÊNCIAS**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, *Constituição do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1989

AZANHA, J.M.P. *Planos e políticas de educação no Brasil: Alguns pontos para reflexão*. In: *Estrutura e funcionamento da educação básica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BIANCHETTI, R.G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal/Subsecretaria de Edições técnicas, 1986.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.  
CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DENZIN, N. K. e LINCOLN S. L. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOURADO, L.F. *Financiamento da educação no Brasil: aportes teóricos e a construção de uma rede de pesquisadores*. In: GOUVEIA, A B, SOUZA, A R e TAVARES, T M (orgs). *Conversas sobre financiamento da educação no Brasil*. Curitiba: UFPR, 2006.

EDNIR M. e BASSI M., E. *Bicho de sete cabeças: Para entender o financiamento da educação brasileira*. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009.

JUNIOR, L.S. *Financiamento e controle social dos recursos da educação: os conselhos de acompanhamento do Fundef*. In: GOUVEIA, A B, SOUZA, A R e TAVARES, T M (orgs). *Conversas sobre financiamento da educação no Brasil*. Curitiba: UFPR, 2006.

LARAIA, R. B. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MASCARO, C.C. *Governo estadual, orçamento e ensino*. Cadernos da faculdade. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Secção de Publicações, n. 14, 1959.

OLIVEIRA, R.P. *Financiamento da educação no Brasil: um estado da arte provisório e algumas questões de pesquisa*. In: GOUVEIA, A B, SOUZA, A R e TAVARES, T M (orgs). *Conversas sobre financiamento da educação no Brasil*. Curitiba: UFPR, 2006.

PASQUALE, C. *Salário-educação*. (Belo Horizonte). Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: Ministério da Educação e Cultura, 1965.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO *Orçamento do Estado 2011*. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Orçamento do Estado 2008*. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Orçamento do Estado 2009*. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Orçamento do Estado 2010*. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Orçamento do Estado 2012*. São Paulo, 2012.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

*Plano plurianual 2012-2015*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Plano plurianual 2008-2011*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2008.

SILVA, J.M. *Como fazer trabalho comunitário?* São Paulo: Paulus, 2003

